

# ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM: UMA NOTA COMPARATIVA

---

*Ronai Rocha\**

*C*omo compreender as imensas possibilidades da linguagem se não vamos além da confusão entre os seus níveis morfológico e sintático? Como compreender o potencial do conhecimento humano se não avançamos para além das teorias que dizem que os conceitos são formados por abstração, a partir das imagens mentais e das idéias? Diante desses fatos, não parece razoável concordar com as pessoas que passam a detestar o aprendizado da língua escrita no exato momento curricular em que essas indistinções começam a ser cometidas, em nome da lógica dos conteúdos?

---

\* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

Houve uma época no ensino de língua portuguesa na qual os manuais adotavam como título a expressão “Comunicação e Expressão”. Com isso os autores de livros didáticos apenas repetiam a fórmula empregada nas leis que regiam o ensino de primeiro e segundo grau no Brasil. Com essas palavras os legisladores e autores pensavam apanhar aquilo que a linguagem humana tem como funções essenciais, a “comunicação” e a “expressão”. Creio que se tratava de uma capitulação ou subserviência dos estudos de linguagem e de sua didática ao lugar comum que afirma que as funções da linguagem podem ser resumidas em comunicação de idéias e expressão de sentimentos. A outra capitulação ocorria diante da teoria da informação. Os manuais de ensino de língua portuguesa que traduziam seus temas no vocabulário era importado da cibernética e da semiologia: a língua nativa podia ser pensada por meio de conceitos como “emissor”, “receptor”, “código”, “mensagem”, “ruído”, “decodificação”, “interpretação”, “forma”, “conteúdo”. Acreditava-se que esses conceitos eram capazes de mostrar de modo perspicuo os aspectos mais relevantes da linguagem, até mesmo ou principalmente para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

O entendimento usual dizia que a língua é um meio para as pessoas comunicarem suas idéias. Dizia-se que a linguagem é um meio ou instrumento que permite a um emissor ou falante transformar idéias em sons, mediante convenções, e que da mesma forma permite a operação contrária, na qual um receptor ou ouvinte decodifica esses sons e assim os transforma em mensagens, que nos trazem, com alguma sorte, as idéias do emissor ou falante. Com isso, somos levados a algum tipo de compromisso com essa outra entidade chamada *idéia*.

É difícil localizar o ponto de partida desse tipo de concepção que assolou os manuais e as gramáticas a partir dos anos sessenta, pois essas elaborações se alimentaram de diversas fontes. Deve-se lembrar a ampla difusão que a teoria da informação, a cibernética e os estudos sobre o processo de comunicação, tiveram a partir dos anos sessenta, em nosso país, com a divulgação de autores como Claude Elwood Shannon, Norbert Wiener, David K. Berlo, Colin Cherry, J. R. Pierce, Wilbur Schram, Marshall McLuhan<sup>1</sup> e outros. E, não menos importante, houve uma redescoberta da

<sup>1</sup> No início dessa história parece estar o livro de C. E. Shannon, *The Mathematical Theory of Communication*, de 1948, o mesmo ano de publicação do livro de Wiener, *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and Machine*. O livro de Schramm, *The Science of Human Communication* é de 1963. O infame livro de Berlo, *O Processo de Comunicação*, de 1960, foi amplamente adotado no Brasil. O mesmo sucesso não teve, infelizmente, o livro de Colin Cherry, *On Human Communication*, de 1966. O impacto dessa onda de estudos sobre comunicação humana atingiu não apenas o ensino de língua portuguesa, mas

lingüística e da semiótica, em especial de autores como Roman Jakobson (que também se deixou seduzir pelos modelos matemáticos) e Ferdinand de Saussure.

Saussure, sem prejuízo da revolução que introduziu na lingüística, ainda faz uso de um vocabulário mentalista. Isso aparece em sua caracterização de signo: “o signo lingüístico é uma entidade psíquica de duas faces”, a saber, o conceito e a imagem acústica, que ele vai chamar, respectivamente, de *significado* e *significante*.<sup>2</sup> O esclarecimento da noção de significado é feito no capítulo dedicado ao tema do valor lingüístico. Ele propõe uma explicação contextualista ousada: a significação ou o conceito “não é senão um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes, e sem eles a significação não existiria.”<sup>3</sup> Sua tese visava o abandono da concepção da palavra como uma entidade que corresponde à idéia: “surpreendemos, em lugar de idéias dadas de antemão, valores que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais (...).”<sup>4</sup> Mas tais pontos de vista perdem-se no meio de um vocabulário ainda pouco definido, no qual ainda estão presentes os tradicionais lugares comuns sobre “consciência”, “idéia”, “pensamento”, “representação”, expressões que nunca são definidas em todo o *Curso de Lingüística Geral*. Esse mentalismo e a presença de descrições nas quais os níveis de abordagem se misturam pode ser ilustrado desde o início, na passagem em que ele descreve a fala, concebida como seguindo um “circuito de fala”: do cérebro (mente) de um falante até a emissão de palavras audíveis, daí até a recepção de sons, seguindo até a mente de um ouvinte e, dada a resposta, tudo de volta:

O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenô-

---

também a pedagogia. Houve uma ampla adoção do vocabulário das ciências da comunicação e da cibernética por parte dos pedagogos. Mas isso é assunto para outro trabalho. Abordei alguns aspectos desse tema em meu livro *Sentimentos de Outono*.

<sup>2</sup> Saussure, F. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de A. Chelini, José Paulo Paes e Izidorio Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1976.

<sup>3</sup> *Ibid.* p. 136.

<sup>4</sup> *Ibid.* p. 136.

meno inteiramente *psíquico*, seguido, por sua vez, de um processo *fisiológico*: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de *A* até o ouvido de *B*: processo puramente *físico*. Em seguida, o circuito se prolonga em *B* numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente.<sup>5</sup>

Essas definições de Saussure parecem capturar uma intuição que acompanha a filosofia da linguagem desde Locke: a linguagem é um meio que permite aos falantes de uma língua transformar *idéias* – o que quer que isso seja! – em sons, e também a operação contrária, que o ouvinte, em sua *mente* – o que quer isso seja! – transforme estes sons “num fac-símile razoável das idéias com que o falante iniciou.”

E hoje? Um documento relevante para se avaliar como andam essas caracterizações pode ser a publicação oficial do Ministério da Educação, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Há um volume dedicado à Língua Portuguesa. Nele não se fala mais em comunicação e expressão, volta-se à boa flor do Lácio. A língua é apresentada como:

um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. A linguagem verbal possibilita ao homem representar a realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento. Possibilita não só a representação e a regulação do pensamento e da ação, próprio e alheios, mas, também, comunicar idéias, pensamentos e intenções de diversas naturezas e, desse modo, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Saussure, p. 19. Essa indicação do “poder hipnotizador” das idéias de Saussure está no livro de Baker e Hacker, *Language, Sense and Nonsense*, p. 18. É deles também a indicação do livro de Wallace, *Meaning and the Structure of Language*. Chicago: University Press, 1970, onde aparece o trecho mencionado entre aspas.

<sup>6</sup> MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, CN, p. 24.

Nesse trecho alguns conceitos desempenham papel central: *significar* o mundo, *representar* a realidade e o pensamento, comunicar *idéias*. Encontramos aqui os mesmos conceitos problemáticos de toda a tradição. Algumas vezes eles soam como palavras de moda: “aprender a língua não é apenas aprender as palavras, como também seus significados culturais.” Mas o que poderia ser, patologias à parte, aprender “só as palavras”? E pouca serventia tem as definições preliminares que o texto traz: “A linguagem é uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos da sua história”. *Jogar tênis* também é uma ação interindividual, com finalidade específica etc.

As gramáticas da língua portuguesa, no capítulo da análise sintática, introduzem a distinção “sujeito” e “predicado”. Eles são apresentados como os “termos essenciais da oração”. Sigo aqui o *Novo Manual de Português*, de Celso Luft. Assim, entenderemos com ele “oração” como sendo a “*unidade* que se caracteriza pela presença de um predicado, de um verbo. Em geral apresenta também um sujeito.”<sup>7</sup>

O “termo” é uma palavra ou locução que é considerada como um *elemento* ou um constituinte *funcional* da oração. Assim, uma oração é sempre dotada de uma estrutura, é um complexo. As gramáticas costumam dividir os termos em essenciais ou primários (sujeito e predicado), integrantes ou complementivos e acessórios ou adjuntos. O que nos interessa aqui são os termos essenciais ou primários, o sujeito e o predicado, dentre os quais, advertem os gramáticos, o mais importante é o predicado, pois “há orações sem sujeito (com verbos impessoais)”.

A definição usual de predicado que é repassada aos estudantes é a seguinte: é “aquilo que se diz do sujeito”. No caso de uma frase sem sujeito apresenta-se o predicado como sendo “o enunciado puro de um fato qualquer”. A definição de sujeito é a seguinte: “ser de quem se diz alguma coisa”.

Quase todas as gramáticas, por mais coloridas que sejam, fazem essas discussões no capítulo da sintaxe. Antes dele, no entanto, costuma ser inserido o capítulo da *morfologia*. A morfologia é apresentada como o estudo do aspecto *formal* das palavras.

Pare agora para pensar o que quer dizer isso, o aspecto *formal* das palavras? *Formal* por oposição ao quê? Lembre que isso é assunto para a quinta série no ensino fundamental no Brasil.

---

<sup>7</sup> Os itálicos são meus.

Entre outras providências, nosso morfologista apresentará uma classificação das palavras<sup>8</sup>, com uma breve caracterização da *função* das mesmas.

1. Substantivos: *servem para* designar seres e coisas, reais ou imaginados.
2. Adjetivos: *servem para* indicar qualidades.
3. Numerais: *servem para* enumerar e ordenar os substantivos.
- 4, 5. Pronomes e artigos: *servem para* situar os substantivos no discurso ou para determiná-los.
6. Verbos: *servem para* indicar o que se processa nos substantivos ou por eles.
7. Advérbios: *servem para* referir as circunstâncias.
- 8, 9. Preposições e conjunções: *servem para* ligar os termos no discurso.
10. Interjeições: *servem para* expressar emoções súbitas.<sup>9</sup>

De todas essas classes, a mais importante, costuma-se afirmar, é a do substantivo. O substantivo, lembra Luft, é a palavra – nome ou pronome – que, na oração, pode funcionar como núcleo do sujeito ou do objeto direto. O substantivo é normalmente também apresentado como nome, com a seguinte subdivisão:<sup>10</sup> o substantivo (ou nome) pode ser comum (ou próprio); o substantivo comum designa a espécie (homem) e o substantivo próprio designa o indivíduo; pode também ser concreto ou abstrato: os substantivos concretos se referem a seres materiais, espirituais, reais, fictícios; os substantivos abstratos designam as qualidades ou as ações abstraídas dos seres que as possuem ou executam. Pode também ser coletivo: é o caso quando se trata como único ser o que é uma pluralidade. Essa é a doutrina a ser ensinada para as crianças.

A primeira observação que gostaria de fazer é esta: os substantivos, adjetivos, advérbios, numerais, e todos os demais, são *classes* de palavras. Essas classes de palavras são introduzidas quando se fala dos aspectos *formais* (morfológicos) da língua natural, e são usualmente caracterizadas por meio da *função* que podem desempenhar nas orações. Para ressaltar

---

<sup>8</sup> Do ponto de vista gramatical, a morfologia é o estudo da formação e da estrutura, da flexão e da *classificação* das palavras.

<sup>9</sup> Luft, Celso Pedro. *Novo Manual do Português*. São Paulo: Editora Globo, 1995.

<sup>10</sup> Luft, *op. cit.*, p. 45

isso, repeti e sublinhei, em todas as definições acima, a expressão “serve para”, que é usada por Luft.<sup>11</sup>

Por outro lado, o sujeito e o predicado são apresentados como os termos *estruturadores* da oração. Assim, sujeito e predicado constituem-se como *elementos de natureza sintática*. A classe dos substantivos, portanto, não se confunde com o elemento oracional “sujeito”. Assim, “termo” é uma coisa, e palavra é outra. O conceito de “termo” pertence aos estudos sintáticos. O conceito de “palavra” pertence aos estudos morfológicos.

Veja esse exemplo: em uma competição de atletismo feminino surge uma desconfiança em relação a uma atleta. Alguém levanta a suspeita de que ela é, na verdade, *ele*. Feitos os exames anuncia-se a sentença: “Maria dos Anzóis é homem.” Em um caso como esse, o substantivo comum “homem” está funcionando sintaticamente como elemento de predicação para o sujeito “Maria dos Anzóis”, que, por sua vez, do ponto de vista morfológico, é um substantivo próprio. Nesse caso, o gramático dirá que se trata de um predicado nominal, pois o núcleo da predicação é um nome (comum).

Veja este outro exemplo: Maria dos Anzóis, deprimida pelo fato de haver protagonizado tal episódio, morre de um ataque do coração. Conforme sua vontade testamentária, ela é cremada. Suas cinzas são transportadas para casa e entregues à sua mãe, que, até este momento, não sabia nada. A pessoa que faz a entrega das cinzas de Maria dos Anzóis diz para a velhinha, ao mostrar a urna: “Isto é Maria dos Anzóis”.

Nesse caso, “Maria dos Anzóis”, um substantivo próprio, está desempenhando a função de um predicado nominal.

Um professor deve explicar essas morfologias e sintaxes para estudantes de quinta até a oitava série. As dificuldades de natureza didática com que ele se depara tem algo a ver com as operações e conceitos que o aluno deve possuir, pois estão em jogo: em primeiro lugar, a de constituição de *classes* de palavras, a partir da noção de *função* de uma palavra. Ora, para que possamos organizar *classes* de qualquer tipo de coisa são necessárias duas condições: que tenhamos *coisas* classificáveis a nossa disposição e algum princípio, critério ou regra de classificação. Se entregamos um punhado de pedrinhas coloridas para uma criança de três anos e pedimos que ela separe em dois montes, é bem possível que ela as agrupe por cores, por volume, por forma, por aspereza, por peso, ou por combinações desses critérios. Ou ainda por aquelas que servem para jogar no gato ou que são parecidas com as que ela tem em sua casa. É preciso, no caso do trabalho

---

<sup>11</sup> Ver Luft, *op. cit.*, p. 44.

do morfologista, que existam as palavras e que seja escolhido o critério de agrupamento. E onde o morfologista encontra as palavras? Num dicionário é que não, pois lá elas estão de férias; como diz João Cabral, no dicionário a palavra está “isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica”. As palavras somente comunicam em orações (em sentenças, em afirmações, em enunciados, em frases, enfim) acolheradas umas nas outras para que possam fazer *sentido* para nós. É só ali que podemos descobrir as funções que elas desempenham, e com isso obtemos um princípio de classificação das mesmas. É por isso que podemos dizer que a sintaxe vem, na ordem da vida, muito antes da morfologia. Afinal, como vimos, não nos basta dispor de palavras, precisamos de algum princípio de classificação para poder estabelecer as diversas classes. De outro lado, se falamos uma língua é porque já temos um domínio da sintaxe dessa língua e por isso temos também noções intuitivas sobre os termos da oração. Como devemos lidar, do ponto de vista de uma didática da língua portuguesa, com a diferença entre “termo” e “palavra”? A noção técnica (da gramática normativa) de “palavra” é tardia, e pouco tem a ver com os usos de “palavra” que aprendemos desde crianças. A criança ouve sua mãe, seu pai, seu tio, sua professora, falando com ela, dizendo coisas para ela. Ela ouve ordens, pedidos, afirmações, elogios, condenações, descrições. Ouvimos dizer que as pessoas têm ou deixam de “ter palavra”. Aprendemos que certas palavras são “palavrões”. Pedimos que uma criança repita alguma palavra que disse. Mas isso pouco tem a ver com o sentido de “palavra” nas gramáticas normativas.

É por meio de sentenças bem ordenadas que conseguimos fazer coisas como obter informações, entender (e nos desentender com) as pessoas, expressar medos, desejos, esperanças. Aqui pode surgir a objeção: “É claro que a linguagem humana não é apenas sons ou listas de palavras! A linguagem humana é dotada de significado”. Nesse momento começam novas dificuldades. E como podemos entender o fenômeno da significação? Em que consiste a passagem do limite entre o som (ou o rabisco) e o significado?

Entre as perguntas relevantes nessas discussões está aquela acerca de qual é a unidade mínima da significação. Qual é a menor unidade de linguagem da qual podemos dizer que tem significado, do ponto de vista da comunicação entre os seres humanos.

Há quem pense que uma simples palavra é portadora de significação. Dizemos uma palavra qualquer, “tartaruga”, e isso já teria um significado,

que seria, por exemplo, uma idéia de tartaruga, ou um conceito de tartaruga. Essa palavra, por sua vez, era considerada como uma certa convenção.

Essa explicação ainda hoje exerce alguma atração. Para muitas pessoas, as palavras de uma língua natural qualquer significam aquilo que significam por meio de uma convenção que as liga àquelas coisas que elas significam. Uma posição alternativa a essa dirá que as palavras são marcas ou signos que usamos para dar corpo às nossas idéias. Esse tipo de explicação costuma se valer, de forma explícita ou não, do conceito de *signo*. Dado o conceito de signo, isto é, “algo que pode representar alguma coisa para alguém, sob algum aspecto”, e feita a distinção clássica entre os tipos de signo (ícone, índice, símbolo), as palavras são entendidas como signos do tipo simbólico, isto é, que representam por *convenção*, sejam as coisas, sejam as idéias. Assim, a palavra “tartaruga”, por convenção, designaria ou indicaria o objeto tartaruga. Mas, qual *objeto*? Alguma tartaruga particular? O conceito de tartaruga? Uma tartaruga geral? Uma tartaruga abstrata?

As dificuldades dessa posição são muitas. Em primeiro lugar, uma palavra isolada, como “tartaruga”, não designa nada em particular. Trata-se de um *termo geral*, de uma expressão genérica, que não indica nenhuma tartaruga em especial. O que ela indica, então? Podemos dizer que ela representa a *idéia* de tartaruga, a *essência* de tartaruga? Essa solução tem um inconveniente. Quem a oferece se compromete a responder a seguinte pergunta: a *idéia*, por sua vez, representa o quê? A tendência é dizer que a idéia é uma *abstração* produzida a partir da comparação de diversas tartarugas, ficando-se com o que há de comum entre todas elas. Essa solução, por sua vez, tem outros inconvenientes, por exemplo, o de comprometer a pessoa a responder a seguinte pergunta: e como é que fazemos as *abstrações*? Ou ainda, e como fazemos para extrair algo de comum entre as gigantescas tartarugas marinhas e as pequenas tartarugas terrestres? Nesse ponto costuma ser invocado algum tipo de faculdade ou poder de produzir abstrações (ou idéias), que normalmente é descrito como a ação mediante a qual a nossa mente pensa um objeto deixando de lado suas características singulares.

Os antigos manuais de filosofia costumavam afirmar que a idéia geral resulta de uma operação, que se chama *abstração*. Eles afirmam que abstrair é considerar à parte, num todo complexo, os elementos que o compõem. Enquanto operação que produz a idéia geral, a abstração seria o ato pelo qual a inteligência pensa um objeto deixando de lado os caracteres singulares daquele objeto.

Para criticar essas teorias, Gotlob Frege propôs um curioso exercício. Ele sugeriu que tentássemos produzir o conceito geral de “gato” como uma abstração. Nosso ponto de partida deve ser, obviamente, a contemplação de alguns gatos. Ele escreve:

A falta de atenção é uma faculdade lógica muito poderosa; talvez isto permita explicar por que os professores costumam ser tão esquecidos. Suponhamos que há um gato negro e outro branco, sentados um junto ao outro, na nossa frente. Deixamos de prestar atenção à sua cor e se tornam incolores; mas ainda estão um junto ao outro. Deixamos de prestar atenção à sua postura e já não estão sentados (ainda que nem por isso tenham adotado outra postura), e ao mesmo tempo estão em algum lugar. Agora deixamos de prestar atenção à sua postura e cessam de ocupar um lugar; seguem sendo, porém, distintos. Talvez deste modo obtenhamos, a partir de cada um deles, o conceito geral “gato”. Mediante a aplicação continuada desse procedimento, obtemos de cada objeto um fantasma cada vez mais pálido.<sup>12</sup>

A partir desse tipo de crítica, que tem seus equivalentes na obra de psicólogos como Lev Vygotsky, Jean Piaget, Henry Wallon e outros, as teorias do significado que acreditavam que a palavra (ou no seu equivalente mental, a *idéia*) era a unidade mínima de comunicação (ou de pensamento), chegaram a uma grande crise.

Todos esses autores compartilham a convicção de que o pensamento humano é *molecular*. Em Vygotsky, por exemplo, encontramos muitas observações que vão na mesma direção, em especial no livro *Pensamento e Linguagem*, no qual ele defende a idéia de que os conceitos que aprendemos como que formam redes, são inter-relacionados, como que em sistemas. Veja essa passagem:

---

<sup>12</sup> A crítica fregeana da doutrina que afirma que os conceitos surgem através de um processo que nos leva de certos dados a um conceito por meio de um processo de eliminação foi feita em diversos pontos de sua obra. A passagem acima está no texto em que Frege critica a filosofia da aritmética de Husserl. Ver Coffa, Alberto. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap. To the Vienna Station*. Cambridge University Press, 1991. p. 69.

Os conceitos não ficam guardados na mente da criança como ervilhas em um saco, sem qualquer vínculo que os una. Se assim fosse, nenhuma operação intelectual que exigisse coordenação de pensamentos seria possível, assim como nenhuma concepção geral do mundo. Nem mesmo poderiam existir conceitos isolados enquanto tais; a sua própria natureza pressupõe um sistema.<sup>13</sup>

A mesma direção podemos encontrar em Henry Wallon. No seu livro *As Origens do Pensamento na Criança*, ele advoga uma posição aparentemente estranha, a de que antes dos elementos isolados, temos sempre elementos estruturados no mínimo em *duplas*.

O que é possível de constatar na origem é a existência de elementos em duplas. O elemento do pensamento é esta estrutura binária, e não os elementos que a constituem. A dualidade precede a unidade. A dupla, ou o par, são anteriores ao pensamento isolado. Todo termo identificável pelo pensamento, pensável, exige um termo complementar, por relação ao qual ele seja diferenciado e ao qual ele possa ser oposto. Aquilo que é verdadeiro acerca da distinção entre cores, por exemplo, que não são reconhecidas, de acordo com Kofka, a não ser pelo contraste, também é verdadeiro de noções intelectuais. Sem essa relação inicial que é a dupla, todo o edifício ulterior das relações será impossível.<sup>14</sup>

O ponto de vista que havia se firmado na tradição dizia que o pensamento humano era essencialmente agregativo, isto é, era o resultado da reunião de duas coisas que tinham algum tipo de existência *prévia* ao próprio pensamento. Em Aristóteles, por exemplo, encontramos essa opinião de que o conceito era formado por abstração, e esse ponto de vista perdurou por muitos séculos. A formação de conceitos, através do mecanismo da abstração, era considerada a operação lógica fundamental. O juízo (uma afirmação) e o raciocínio, por sua vez, seriam realizados por meio da comparação direta ou indireta da abrangência desses conceitos.

---

<sup>13</sup> Vygotski, L. S. *Pensamento e Linguagem*. Trad. de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>14</sup> Wallon, Henry. *Les Origines de la Pensée chez L'Enfant*. Paris: PUF, 1975. p. 41.

Essa tradição acredita, de forma equivocada, que os conceitos são formados por abstração das coisas individuais e que “os juízos exigem comparações de conceitos, assim como as inferências. Esta tradição trata os conceitos como se eles fossem inicialmente independentes dos juízos e entrassem neles de forma acidental.”

Tais descrições não nos proporcionam uma compreensão adequada das características do pensamento humano, pois seu ponto de partida é a crença de que primeiro devemos ter os conceitos para depois montarmos os juízos, as afirmações.

Desde o filósofo Kant pode-se dizer que surgiu na história da filosofia uma doutrina diferente, de tipo contextualista, na qual o todo tem primazia sobre as partes. Essa doutrina é a da *prioridade do juízo sobre o conteúdo*, que procura mostrar a impossibilidade de se pensar que o conhecimento se faz pela agregação de partes pequenas e simples, ou de que o conhecimento começa com as impressões dos sentidos.

Frege pertence a essa tradição contextualista, e ele chegou a ser identificado como o autor do que ficou conhecido como a “doutrina do contexto”. Para ele, a unidade mínima do significado é a sentença. Formulou assim esse princípio: “deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição, e não isoladamente.”<sup>15</sup> Ou ainda: “as palavras no contexto de uma proposição as palavras significam algo.”<sup>16</sup>

Frege vai dizer então que devemos começar com os juízos e conteúdos, e não com conceitos, pois os conceitos são formados a partir dos juízos.

Aqui podemos abrir um parêntese. O que fazer com as “idéias”? Neste momento, vou apenas tentar mostrar que, para certos efeitos, podemos entender a expressão “idéia” como uma metáfora, apenas. Para isso proponho uma reflexão sobre algumas situações nas quais podemos dizer ou entender de forma diferente a expressão “idéia”.

Se perdemos nossa tartaruga de estimação dentro de um ônibus durante uma viagem, podemos ter a idéia de ficar de joelhos e espiar e esperar de todos os bancos; se estamos sem dinheiro para fazer uma viagem, podemos ter a idéia de fazer uma coleta de doações entre amigos. Também podemos dizer que não temos a menor idéia de como seria viver em São Paulo. Se tentamos lembrar do rosto de nossa bisavó, mas não nos recordamos bem, podemos dizer que não conseguimos fazer uma idéia de seu rosto.

Examine bem esses exemplos. Em todos eles, a palavra “idéia” pode ser substituída por uma outra palavra, sem que haja prejuízo quanto à clareza do que dizemos. Tenho um *plano* para encontrar a tartaruga perdida, faço uma *proposta* de coletar dinheiro, não consigo *imaginar* a vida em Marte e não *consigo formar um retrato mental* de minha bisavó. Podemos viver sem a palavra “idéia”? Talvez. Devemos, ao menos, entender que estamos diante de uma expressão muito vaga.

O último exemplo nos dá uma deixa importante. Depende da memória fazer uma imagem mental de nossa bisavó. Esta questão pode ser tratada no âmbito da psicologia. Ora, foi por essa direção que alguns teóricos encaminharam a compreensão do conceito de “idéia”. Eles a consideravam como uma *representação* (dos objetos externos). Vemos uma tartaruga e fazemos uma imagem mental da mesma. Essa imagem mental, a “idéia”, era compreendida como uma representação interior que fazemos das coisas do mundo exterior.

O que há de errado com isso? Evidentemente não há nada de errado no fato de se ter “imagens mentais” das coisas. Eu me lembro mal de minha bisavó, mas posso descrever em detalhe muitas outras pessoas com as quais convivo, e das quais tenho imagens muito vivas. Em qual lugar do meu corpo elas ocorrem, isso não parece importar muito. Elas são apenas isso, imagens de rostos particulares, de coisas particulares, de cenas particulares, de paisagens particulares. Por mais que me esforce, não consigo fazer a imagem de ‘homem’, por exemplo. Sempre que tento, lembro de alguém em particular. A imagem parece guardar sempre uma relação sensível com alguma coisa particular. Imagens, por definição, são imagens de coisas particulares. A imagem não é, então, “pensamento”, a menos que queiramos desfigurar também essa palavra.

O conceito de “pensar”, já em seu sentido mais banal, fica muito mais próximo de expressões como refletir, meditar, ponderar; e nenhum de nós reflete (medita, pondera) a imagem da bisavó. Quando uma pessoa diz para a outra, “Uma moedinha por teus pensamentos” e obtém como resposta, “Estava pensando na minha bisavó”, tem, como continuidade da conversa, a seguinte pergunta: “Sim, e o que pensavas sobre tua bisavó?” Ter uma difusa imagem da mãe de minha mãe na mente implica estar pensando isso ou aquilo a respeito dela, representando-a de alguma forma. Quando pensamos ou falamos sobre as coisas, pessoas, eventos, não estamos apenas fazendo imagens, tornando-as presentes a nós mesmo. Nós estamos nos referindo a eles, *apresentando-os desta* ou *daquela* forma. Para isso, precisamos colocar em ação algumas operações básicas da linguagem, que são, por certo, operações básicas de nosso pensamento.

Frege sugeriu um contraste entre o *sentido* de uma expressão e sua *referência*. De acordo com essa distinção, duas expressões podem ter a mesma referência, mas apresentá-la de maneiras diferentes. Este *modo de apresentação* é justamente o sentido da expressão. Assim, “Alceu Amoroso Lima” e “Tristão de Atayde” referem-se à mesma pessoa; o mesmo se passa com as seguintes expressões: “O assassino de Laios” e “o filho de Jocasta”; “a estrela matutina” e “a estrela vespertina”, e tantas outras. Em todos esses casos pode ser uma novidade para nós vir a saber que a pessoa que conhecemos pelo primeiro nome é a mesma que conhecemos pelo segundo. Isso se deve, segundo Frege, ao fato de ambos os termos estarem associados a diferentes *modos de apresentação* de uma mesma pessoa ou situação.

É o *sentido* da expressão que determina o *pensamento* que é expresso pela frase onde ela ocorre, ao passo que a *referência* da expressão é que determina sua verdade ou falsidade.

As duas condições impostas sobre a noção de sentido são:

(1) se as duas expressões têm o mesmo sentido, não é, em princípio, possível desconhecer que elas têm a mesma referência;

(2) além disso, os sentidos devem ser públicos e objetivos.

Então, de acordo com essa distinção, um nome (a) designa ou denota sua referência e (b) expressa seu sentido.

O sentido, por sua vez, determina a referência, é um modo de acesso (de apresentação) da referência.

A referência é tipicamente um objeto individual. Podem ser coisas como “a Segunda Guerra Mundial”, “a comida preferida de Fulano”, “o pulo do atleta Cicrano”, “o amor de Romeu por Julieta”.

O exemplo mais simples de referência é a relação entre um nome e a pessoa ou objeto que ele nomeia.

Os escritos de Frege se transformaram aos poucos numa fértil fonte de estudos de filosofia da linguagem. O núcleo da teoria do significado de Frege consiste na afirmação de que as expressões que designam podem ser associadas a um sentido, que, por sua vez, determina a referência desse termo.

As principais teses dessa teoria são as seguintes:

a) há dois componentes semânticos básicos: o sentido (*Sinn, Sense*) e a Referência (*Bedeutung, Meaning*). O sentido de um termo, entre outras coisas, é o que nós captamos, quando o compreendemos. A referência de um termo é o conjunto de coisas das quais o termo é verdadeiro;

b) o sentido de um termo determina sua significação. Isso quer dizer que se dois termos têm uma referência diferente, então eles têm sentidos diferentes.

Para Frege, o sentido é objetivo. Essa característica do sentido se estabelece a partir da distinção entre o sentido e a imagem ou representação mental, ou o *colorido* que cada um de nós empresta a algo ou alguém. Frege afirma que a referência de, por exemplo, um nome próprio é o objeto mesmo que designamos por meio dele; a representação (ou imagem mental ou o colorido pessoal) que temos desse objeto é de natureza subjetiva; mas entre a referência e a imagem está o sentido, que não é subjetivo como a imagem, mas que, por outro lado, não é o próprio objeto. *O sentido, portanto, não é subjetivo.*

Vamos pensar no caso das expressões que usamos para referir a coisas particulares. Consideramos como nomes as frases nominais singulares que são usadas para referir a coisas particulares. A expressão “coisa” deve ser entendida da forma mais ampla possível. “Platão”, “a raiz quadrada de 16”, “o número de sinfonias escritas por Schumann” e “alegria” são “exemplos disso. Por referência de um nome, Frege entendia qualquer coisa que o nome servisse para referir. Quando sabemos qual é a referência de um nome, sabemos aquilo que é relevante para a verdade ou falsidade de qualquer sentença declarativa na qual o nome ocorra. Mesmo assim, argumenta Frege, saber qual é a referência de um nome não é a mesma coisa que compreendê-lo; há mais coisas do que isso no que diz respeito ao significado.

Para que nos servem todas essas noções? Em que sentido elas podem ser úteis? Eu não posso fazer aqui nenhuma lista exaustiva das utilidades possíveis. Eu acho que elas servem como um ponto de partida para uma formação que nos permita compreender melhor a natureza da objetividade *possível* no campo das humanidades, da educação, da psicologia, por exemplo. Elas servem para que possamos fazer um contraponto às teorias que exageram (ou mal-compreendem) a natureza da subjetividade (as idéias e suas associações, por exemplo), em detrimento do campo do *sentido*, que torna possível nossos desentendimentos. Elas servem para que possamos entender a distinção entre compreender a pergunta de uma senhora e levá-la ou não a sério, sabendo que é verdade que uma tartaruga está extraviada no ônibus, ao ponto de ficarmos de quatro, procurando tartarugas na sala de aula ou pela vida adiante. Assim, entendemos melhor a distinção entre *compreender* e *conhecer*; compreendemos melhor o mecanismo epistemológico das tragédias, a natureza do pensamento humano, a distinção entre a dimensão lógica e a dimensão epistemológica de nossos pensamentos, quais os

compromissos que assumimos quando passamos do opinar para o conhecer e assim por diante.

É por essa razão que os filósofos sugerem que quando queremos compreender a natureza e a estrutura das frases enunciativas<sup>17</sup>, precisamos ir além das distinções gramaticais de *sujeito* e *predicado*.

A tradição da lógica consistia em dizer que todo o juízo é basicamente composto de termos, o termo sujeito e o termo predicado, como na frase “Maria dos Anzóis é um homem”.

O filósofo Gotlob Frege sugeriu que as frases enunciativas gerais, do tipo citado, não mais fossem tratadas como sendo compostas por sujeito e predicado, mas em termos de “função” e “argumento”.

A sugestão de Frege consistia em tratar as “proposições que atribuem propriedades aos objetos individuais como casos especiais daqueles nos quais uma função de *n*-lugar, é aplicada a *n* argumentos. Uma proposição sujeito-objeto contém uma função de um lugar com um argumento; uma proposição que expressa uma relação entre dois objetos contém uma função de dois lugares e dois argumentos”<sup>18</sup>. Com isso, as frases enunciativas que exprimiam propriedades podiam ser tratadas de forma semelhante a das frases enunciativas que exprimiam relações. Assim, a lógica da predicação e a lógica das relações ficam unidas. Veja:

1) Maria é um homem.

2) Maria está entre Ana e Anita.

No caso 2), somos obrigados a desprezar nossos critérios intuitivos de associar nomes próprios com o lugar do sujeito. Temos ali três nomes próprios e apenas um sujeito. Com o tipo de análise proposta por Frege, esse problema desaparece. Direi, de forma ainda irônica, que ali você tem três “sujeitos” e *uma relação* entre eles. No vocabulário que passaremos a empregar (ainda que de forma um tanto vaga) diremos que temos três *argumentos* (ou *objetos*) e uma *função* (ou *conceito*).

Aquilo que estamos chamando de “função” ou “conceito” tem a capacidade de expressar qualidades, propriedades e relações. Assim, essa sugestão tem um alcance muito grande, pois permite que estudemos, a par-

<sup>17</sup> Aqui estou seguindo as sugestões contidas no texto de Ernst Tugendhat, *Propedêutica Lógico-Semântica*, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. Por frase enunciativa ou frase assertórica, entenda-se aquelas “cuja função expressiva consiste especialmente em um apresentar (poder-se-ia esclarecer isso do seguinte modo: em dizer que algo é o caso), e para essas frases há o critério de que, com relação a elas, pode-se sempre perguntar significativamente se elas são verdadeiras ou falsas. Por meio desse critério frases enunciativas são portanto distinguidas de frases que exprimem desejos, de imperativos e de perguntas.” (p.22)

<sup>18</sup> Frege, *op.cit.*

tir de um mesmo referencial, a estrutura lógica do pensamento humano, quer no âmbito de sentenças sobre coisas, sobre relações, sobre grandezas matemáticas, etc.

Em que poderia consistir uma gramática que não fizesse referência a *nenhuma* língua natural em particular? Uma tal gramática não falaria sobre as particularidades de nenhuma língua falada, viva ou morta. Ela apenas se interessaria por certos aspectos que estão presentes em qualquer língua que tenha sido falada por homens. Quais são esses aspectos?

Essa gramática deveria, em síntese, descrever os mecanismos mediante os quais conseguimos fazer coisas como falar sobre uma pessoa, contando coisas sobre ela que levem até sua prisão; obter ajuda para realizar uma tarefa como uma inconfidência mineira ou gaúcha; conseguir um pouco de alimento quando estamos com fome. Essas coisas são feitas por pessoas de todas as partes do mundo, que falam as mais diferentes línguas naturais. Pois bem, uma gramática desse tipo deveria descrever os mecanismos que estão presentes em todas as línguas, que permitem fazer essas e tantas outras coisas diferentes, que não são, obviamente, apenas operações de linguagem, mas sim operações de situação e conhecimento do mundo.

O primeiro passo consiste em compreender a função daquelas expressões que nos permitem singularizar (ou individualizar) uma coisa particular. Essas expressões podem ser chamadas de “termos singulares” (ou singularizadores), dos quais um caso são os “nomes próprios”.

Qual é a função dos termos singulares? Qual é a operação que eles desempenham? Se pensarmos sobre a função dos nomes próprios na linguagem cotidiana podemos ter uma compreensão introdutória. O nome próprio é um recurso de individuação, que usamos para mencionar, referir, individuar, indicar, designar, identificar, singularizar, especificar um objeto, uma coisa, uma pessoa, um *algo* qualquer. Ou seja, o “termo singular” é uma expressão que estamos usando aqui para indicar qualquer estratégia lingüística que sirva para representar coisas particulares ou singulares, de forma imediata. Muitos elementos lingüísticos ou paralingüísticos podem fazer isso; os mais comuns são os pronomes, os nomes próprios, *um dedo apontando*, coordenadas espaciais e temporais e coisas assim. Estamos procurando caracterizar, por meio da noção de “termo singular”, uma *operação de singularização*, de particularização. Podemos, por ora, concluir que a *nomeação* é uma operação de individuação.

O segundo ponto é compreender uma outra ação ou operação complementar a essa do nome. Se digo “Tiradentes”, é usual que ocorra uma complementação: – O quê, acerca de Tiradentes? Está preso? Está desesperado? Está abandonado?

Falar sobre uma certa casa (uma casa que foi singularizada, individualizada) consiste em *dizer algo sobre ela*. Esse “algo” pode ser “que está a venda”, “que incendiou”. Ora, doenças e incêndios são coisas que acontecem com pessoas, casas, florestas. Assim, o segundo ponto de uma gramática para toda e qualquer língua humana introduz a discussão sobre as expressões que nos permitem representar aspectos universais ou gerais, por meio dos quais classificamos coisas, dividimos, relacionamos, caracterizamos, enfim, dizemos ou predicamos *algo* de uma *outra coisa*, *dizemos algo de algo*. Assim, chegamos agora à noção de “*termos gerais*” (ou generalizadores) ou “predicados”, ou ainda “conceitos” que tem a função da representação de aspectos universais. Podemos, por ora, concluir que a *conceituação* é uma *operação de classificação*.

As duas operações são perfeitamente distintas.

Por meio da *operação de singularização* podemos representar aquilo que é individual, único, seja este indivíduo uma pessoa, uma coisa, um evento, um processo. Nesse sentido, coisas como “a Segunda Guerra Mundial” e “a política cambial de FHC” são indivíduos.

Por meio da *operação de classificação*, podemos representar um elemento de natureza geral, universal.

Precisamos ter claro que essas operações podem ser separadas, mas somente “produzem” sentido, isto é, são um lance na linguagem, quanto trabalham juntas. Não podemos *pensar* “Joaquim Silvério”, simplesmente; não podemos pensar “soldado”, simplesmente. Ou seja, não se pensa nada quando tomamos esses elementos separadamente. Essa separação, em nossas vidas particulares, não se dá. Ela é apenas o resultado de um procedimento metodológico de análise, para fins de compreensão da natureza de nosso pensamento e linguagem.<sup>19</sup>

Façamos um resumo. Um quadro complementar das operações de representação, *lato sensu*, poderia ser o seguinte: de um lado temos as operações como fazer referência a algo, nomear algo, indicar algo, designar algo. De outro, as operações de descrever algo, caracterizar algo, adscrever algo a, predicar algo de, dizer algo sobre.

O *termo geral* (ou *conceito*), como vimos, é um instrumento de representação universal e *mediata*. O conceito apresenta um objeto por meio das propriedades que o objeto tem em comum com outros objetos. Assim, o conceito possui como característica o fato de ele não dar acesso ao indivíduo

---

<sup>19</sup> Nesse ponto deve ser feita uma discussão sobre as contribuições de Henri Wallon, que, percorrendo o caminho da psicologia, chega a conclusões semelhantes.

na sua individualidade. Assim, podemos dizer que o conceito *representa* o indivíduo mas não enquanto indivíduo. O conceito representa as coisas sempre de uma forma indireta. O conceito é um instrumento de discriminação, de diferenciação daquilo que podemos fazer aparecer. Assim, se faz necessário um outro instrumento para fazer aparecer o singular, aquilo que é enquanto indivíduo.<sup>20</sup>

A operação de classificação (ou conceitualização) é uma operação logicamente distinta da operação de individuação, mas inseparável desta, ou complementar, como um casal, que é *formalmente* unido ou inseparado, mas *materialmente* separável.

Depois dessas notas, podemos agora rerepresentar os conceitos de “função” e “argumento”. Examine a seguinte definição:

Suponha que um símbolo simples ou complexo ocorra em um ou mais lugares em uma expressão. Se imaginamos esse símbolo como substituível por outro (o mesmo em cada vez) em uma ou mais de uma de suas ocorrências, a parte da expressão que se mostra invariante sob tais substituições é chamada de *função*; e a parte substituível, o *argumento* da função.<sup>21</sup>

A partir dela podemos resumir as duas operações que estão presentes nas sentenças com pretensão cognitiva, relacionando-as com os conceitos de *argumento* e *função*, respectivamente. De um lado, temos uma *operação de singularização* (ou de *individuação*) realizada por meio de termos singulares ou expressões referentes. Trata-se de uma operação de representação do particular. A classe das expressões referentes inclui nomes próprios, descrições definidas (o homem mais alto do mundo), termos demonstrativos (este homem), gestos indexadores. Do outro lado, temos

<sup>20</sup> No vocabulário básico da filosofia, *representar é julgar*. A expressão “juízo”, como você pode conferir no livro já referido de Tugendhat, pode ser tomada com equivalente a “frase enunciativa”, mas possui uma ressonância psicológica. Aqui faço um uso deliberadamente vago. O juízo é o que pode ser verdadeiro ou falso. O juízo (uma proposição, uma afirmação, uma enunciação descritiva) é o modo *complexo* de representação e o modo de representar conforme o verdadeiro e o falso. Podemos também entender o juízo *como um ato que executamos* e como *o conteúdo dessa atividade*. Ou seja, “juízo” designa tanto o âmbito de dizer algo quanto *o dito*. O juízo é uma composição de elementos da representação, no caso, sujeito e predicado. Se o *juízo é a forma elementar da representação*, a noção de “representação” é, portanto, formalmente inseparável da noção de verdade.

<sup>21</sup> Kenny, A. Frege. London: Penguin Books, 1995. p. 16.

uma *operação de classificação* (ou de *generalização*), realizada por meio de termos gerais, predicados. O classificador é aquilo que, adicionado aos termos singulares, produz sentenças predicativas; a classe das expressões predicadoras inclui conceitos como tempo, espaço, ação, paixão, relação, etc.

De “sopro na aragem da vida”, o ensino em nossas escolas se transforma na corda em que enforcamos nossos alunos. Como escreveu certa vez um poeta santamariense, a cor da palavra pode ser, por vezes, a corda-palavra. E se é com letras que se elabora a liberdade das almas, há muito que fazer por nossas esperanças.